



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA - PB



NÍVEL SUPERIOR PROCURADOR MUNICIPAL

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**És amor, és tradição
Avante Nova Palmeira!**

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo Língua Portuguesa de 01 a 15, Raciocínio Lógico de 16 a 25 e Conhecimentos Específicos de 26 a 40.
2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.
4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.
5. É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.
7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

PORTUGUÊS

Leia o Texto I para responder às questões de 01 a 05.

Texto I - Vício de adolescentes em redes sociais pode virar, oficialmente, um transtorno mental; entenda

Jornal o Globo

Um grupo de cientistas está propondo que a relação nociva de alguns adolescentes com as redes sociais e a internet seja considerada, oficialmente, um novo tipo de transtorno mental.

Se a proposta ganhar impulso e for aceita, ela poderia entrar no manual de estatísticas e diagnósticos da psiquiatria, o DSM, que influencia políticas públicas no mundo todo. Segundo os proponentes, a ideia é que a condição possa também integrar a Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A proposta ganhou visibilidade nesta semana com a revista científica JAMA, da Associação Médica Americana, que publicou um artigo sugerindo critérios para determinar o que é o consumo exagerado de mídias sociais e a partir de que ponto ele se torna um distúrbio médico.

O trabalho foi baseado em um estudo feito com adolescentes pela Universidade de Stony Brook, em Nova York, liderado pela sanitarista Lauren Hale, que buscou avaliar o quanto o tempo excessivo de tela estava afetando a vida dos voluntários.

Inspirado em um critério gradual para avaliar gradações de alcoolismo, o pediatra Dimitri Christakis, da Universidade de Washington, propôs uma escala para avaliar a relação patológica de adolescentes com as redes de acordo com o tempo gasto nesse tipo de mídia.

Os dois cientistas afirmam que a situação é urgente. Nos Estados Unidos, onde mais de 95% dos adolescentes possuem *smartphones*, os profissionais de saúde precisam de um sistema de classificação para trabalhar com o problema. É relativamente consensual entre psicólogos e psiquiatras que os indivíduos afetados que enfrentam problemas na escola, no trabalho ou nas relações pessoais precisam de ajuda.

“Introduzir essa classificação não poderia ser mais urgente”, escrevem Hale e Christakis. “Enquanto acadêmicos se alongam em discussões abstratas sobre o assunto, mais de 6 milhões de adolescentes americanos já estão exibindo o que nós chamamos provisoriamente de consumo pesado de mídia, e uma parcela considerável deles provavelmente já sofre de transtorno de uso de mídia”.

A proposta inicial da dupla é que se definam inicialmente os limiares de tempo gasto com redes sociais e internet para identificar indivíduos com problemas. Os pesquisadores reconhecem, porém, que será preciso discutir o conteúdo consumido, porque o problema está ligado a fenômenos como o bullying e a propagação de conteúdos preconceituosos e ofensivos. “Embora o debate sobre a existência de algo como transtorno de games, vício em internet ou uso problemático de mídias sociais continue entre acadêmicos e a indústria, o tempo gasto em dispositivos envolvidos em diversas atividades está substituindo as interações do mundo real de maneira tanto sutil quanto dramática”, dizem os pesquisadores.

A OMS, por exemplo, já publicou um documento com diretrizes. A organização recomenda que o uso desses dispositivos seja evitado por crianças abaixo de 2 anos, e que para crianças de 2 a 4 anos não ultrapasse uma hora supervisionada por dia. A ideia é maximizar o tempo de interação com pessoas reais e desestimular o sedentarismo, seja pelo consumo games, desenhos animados ou qualquer atividade em tela.

Grupos de psicólogos e pediatras estão produzindo também diretrizes mais voltadas a crianças maiores e adolescentes, que têm usado também redes sociais. Para essa faixa etária acima dos 11 anos, a Academia Americana de Pediatria não estabelece um limite de tempo, por exemplo, mas pede atenção para que atividades em telas não prejudiquem sono, esportes e relações pessoais.

A Sociedade Brasileira de Pediatria segue princípios semelhantes, e recomenda que crianças menores de 13 anos não tenham seus próprios perfis em plataformas. (Esse limite já é lei nos EUA e outros países). É recomendado que entre 13 e 17 anos o uso de redes sociais seja supervisionado.

Uma recomendação mais específica é a de não deixar dispositivos dentro dos quartos das crianças e adolescentes durante a noite, e retirá-los uma a duas horas antes de dormir. Outro ponto importante é evitar acesso a telas na hora de fazer lição de casa. No mais, os pediatras pedem a pais ou responsáveis atenção para sinais problemáticos, como irritabilidade excessiva diante da restrição a *tablets* ou *smartphones*.

Em suma, o ideal é que os pais os ajudem a avaliar a qualidade do conteúdo a ser consumido na internet e evitem fontes propensas a desinformação e hostilidade. Há casos especiais que requerem mais atenção, como adolescentes com histórico de traumas ou problema de autoimagem corporal.

Fonte: VÍCIO DE ADOLESCENTES EM REDES SOCIAIS PODE VIRAR, OFICIALMENTE, UM TRANSTORNO MENTAL; ENTENDA. *Jornal O Globo*, 5 jun. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2025/05/06/vicio-de-adolescentes-em-redes-sociais-pode- virar-oficialmente-um-transtorno-mental-entenda.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2025. Adaptado.

1ª QUESTÃO

Considerando o que se afirma no último parágrafo do Texto I, conclui-se que:

- a) os pais devem estar atentos ao conteúdo consumido na internet pelos seus filhos, ajudando a avaliar a qualidade daquilo a que eles têm acesso.
- b) os pais devem avaliar apenas os conteúdos que trazem desinformação e hostilidade.
- c) os pais devem assumir a responsabilidade exclusiva sobre o que os seus filhos veem, sem participação do adolescente no processo de avaliação do conteúdo.
- d) há uma recomendação dos pediatras para que os pais fiquem atentos aos sinais problemáticos de seus filhos.
- e) o acesso a telas deve ser liberado sob supervisão exclusivamente para responderem às lições de casa.

2ª QUESTÃO

Observe o trecho do Texto I: “Outro ponto importante é evitar acesso a telas na hora de fazer lição de casa”. Sobre ele, é CORRETO afirmar que:

- a) a ausência do artigo “o” em “evitar acesso a telas” prejudica o sentido do período.
- b) o trecho “acesso a telas” está em desacordo com a norma-padrão. A escrita deveria ser “acesso à telas”.
- c) o trecho “acesso a telas” está em desacordo com a norma-padrão. A escrita adequada à norma-padrão seria “acesso as telas”.
- d) em “acesso a telas” e “lição de casa”, temos exemplos de complemento nominal e adjunto adnominal.
- e) as expressões “importante” e “de casa” desempenham papéis sintáticos distintos.

3ª QUESTÃO

No último parágrafo do Texto I: “**Em suma**, o ideal é que os pais os ajudem a avaliar a qualidade do conteúdo a ser consumido na internet e evitem fontes propensas à desinformação e hostilidade.”, a expressão em destaque funciona como:

- a) um elemento de coesão lexical interparágrafo.
- b) um elemento de coesão sequencial interparágrafo.
- c) um elemento de coesão referencial intraparágrafo.
- d) um elemento de coesão sequencial intraparágrafo.
- e) um elemento de coesão por elipse interparágrafo.

4ª QUESTÃO

Todo texto apresenta características relativas ao seu gênero e ao seu tipo textual predominante. Sobre o Texto I, analise as assertivas a seguir.

- I- É predominantemente injuntivo, dispondo de instruções sobre como o uso de telas deve ser regulado pelos pais.
- II- É extremamente subjetivo, pois se desenvolve a partir de impressões pessoais do veículo de informação.
- III- Utiliza-se de fatos científicos para subsidiar as informações sobre o assunto.
- IV- Possui informações de especialistas que tornam o texto subjetivo e inoperante.
- V- Possui informações de especialistas e dados científicos, o que dá mais credibilidade ao texto.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II, III e IV.
- b) III e V.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I e V.

5ª QUESTÃO

Analisando a natureza do gênero textual apresentado no Texto I e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Sua finalidade textual consiste em influenciar o comportamento apenas do leitor adolescente na redução do acesso a telas.
- b) É um texto com natureza multissemiótica e multimodal.
- c) É um texto do campo jornalístico, cuja principal função é a informação.
- d) Considera-se como um texto sincrético, multimodal e pertencente ao campo artístico-literário.
- e) É da esfera de circulação científica, com linguagem subjetiva, informal e inacessível ao público.

Leia os Textos II e III para responder às questões de 06 a 08.

Texto II -



Texto III -



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DJMRsMnRDux/?igsh=ZnVqbGtyYWQ0ems0>. Acesso em: 12 maio 2025.

6ª QUESTÃO

Os Textos II e III são multissemióticos. Sobre esta característica, é CORRETO afirmar que:

- a) pela pouca presença da escrita, os textos multissemióticos geram pouco interesse e engajamento por parte do público, que se sente pouco motivado a participar da construção do significado.
- b) os textos são compostos de elementos verbais e não-verbais que, separadamente, possuem sentidos diferentes.
- c) há sempre uma sobreposição nítida do texto verbal ao não-verbal para a produção de sentidos, visto que a comunicação humana tem por essência a escrita.
- d) os diferentes recursos usados em um texto multissemiótico são simplesmente adicionados, sem interação entre si, contribuindo, isoladamente, para a construção do sentido da mensagem.
- e) os textos são compostos de elementos verbais e não-verbais que, juntos, colaboram para a produção de sentidos.

7ª QUESTÃO

Observe no Texto II os títulos “Segunda da carne” e “Carne de segunda”. Sobre o Texto II, é CORRETO afirmar que:

- a) não há mudança de sentido no uso dos títulos distintos “Segunda da carne” e “Carne de segunda”. Apenas há mudança na classificação morfológica das palavras.
- b) a palavra “segunda” é classificada no primeiro quadrinho como substantivo. Já no segundo quadrinho, como numeral, mas não provoca mudança de sentido, pois se trata da mesma carne.
- c) o fato de os quadrinhos possuírem como cenário um frigorífico não contribui para a construção de sentidos sobre o texto.
- d) no título “Carne de segunda”, há uma tentativa de propaganda positiva de um dia específico para a comercialização da carne, já que é o melhor tipo de carne que existe.
- e) a palavra “segunda” é utilizada no primeiro quadrinho como substantivo, remetendo à “segunda-feira”. Já no segundo quadrinho, como adjetivo, o que provoca mudança de sentido e o humor sobre a versatilidade da língua.

8ª QUESTÃO

Sobre o Texto III, analise as assertivas.

- I- O uso das aspas em “cheia de gás” foi usado para destacar uma expressão popular no texto.
- II- As aspas sinalizam que a expressão usada não é padrão e pode ser interpretada de forma diferente do significado literal.
- III- Ao usar aspas, indica-se ao leitor que o sentido da expressão é literal.
- IV- O texto não verbal não colabora com o entendimento do uso das expressões Pessoa “cheia de gás” e Pessoa cheia de gases.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

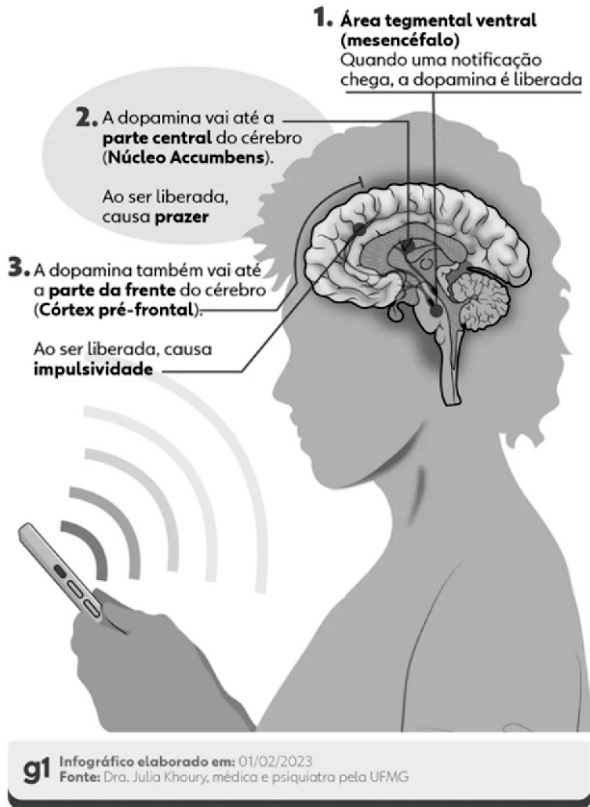
- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

Leia o Texto IV para responder às questões de 09 a 12.

Texto IV – Infográfico

Como o cérebro reage ao contato com o celular

Liberação de dopamina causa sensação de recompensa, mas afeta nosso comportamento



Fonte: Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/atg/dependencia-digital/>. Acesso em: 12 maio 2025.

9ª QUESTÃO

Analise as palavras "recompensa", "reage" e "liberada" presentes no Texto IV e indique a alternativa que apresenta, CORRETA e respectivamente, os processos de formação de palavras.

- a) derivação regressiva, parassintética e parassintética.
- b) derivação sufixal, derivação sufixal e derivação prefixal.
- c) derivação prefixal, derivação regressiva e composição por justaposição.
- d) derivação regressiva, composição por aglutinação e composição por justaposição.
- e) derivação prefixal, derivação regressiva e derivação sufixal.

10ª QUESTÃO

Em um infográfico, os elementos visuais (recursos verbais e não verbais) formam o seu conteúdo. Considerando os elementos gráficos na composição visual do Texto IV, marque a alternativa CORRETA.

- a) As conexões são elementos gráficos relevantes no infográfico e contribuem para organizar seu conteúdo.
- b) No que se refere ao texto escrito, devem-se considerar a subjetividade, a hierarquia e a clareza de sua organização. A quantidade de texto escrito utilizada foi extremamente maior que os demais elementos gráficos.
- c) Embora relevantes, não se recomenda o uso de elementos visuais conectores das informações para fazer destaque e relação entre títulos e subtítulos.
- d) Os elementos não verbais nem sempre são complementares ao texto. Nesse caso, funcionou apenas como conteúdo divergente da publicação.
- e) A presença do celular no infográfico não tem relação com o tema tratado.

11ª QUESTÃO

No Texto IV, quanto à sílaba tônica das palavras “núcleo”, “córtex” e “liberada”, marque a alternativa CORRETA.

- a) Todas as palavras são paroxítonas.
- b) As palavras são, respectivamente: paroxítona, paroxítona e oxítona.
- c) Todas as palavras são proparoxítonas.
- d) As palavras são, respectivamente: oxítona, oxítona e paroxítona.
- e) As palavras são, respectivamente: proparoxítona, paroxítona e oxítona.

12ª QUESTÃO

Observe o trecho “Ao ser liberada, causa impulsividade”. Quanto ao recurso de coesão utilizado, marque a alternativa CORRETA.

- a) Há coesão lexical no trecho analisado.
- b) Pela ausência de elementos de coesão, o trecho ficou incoerente no texto lido.
- c) Há coesão por elipse no trecho analisado.
- d) A intencionalidade e a aceitabilidade do trecho ficaram comprometidas.
- e) A presença de conjunções e advérbios garantiu a coesão no trecho.

Para as questões de 13 a 15, leia os Textos V e VI.

Texto V



Fonte: Disponível em: https://valoresreais.com/2021/02/15/se-eu-nao-comprar-nada-o-desconto-e-maior/#google_vignette. Acesso em: 12 maio 2025.

Texto VI



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1957522730959690&id=488356901209621&set=a.488361671209144>. Acesso em: 12 maio 2025.

13ª QUESTÃO

Quanto aos gêneros, os textos V e VI são, respectivamente, considerados como:

- a) tirinha e meme.
- b) charge e tirinha.
- c) meme e charge.
- d) meme e tirinha.
- e) charge e anúncio.

14ª QUESTÃO

No Texto VI, em relação aos termos da oração, o trecho “Está em promoção” possui:

- a) um sujeito composto.
- b) um sujeito inexistente.
- c) um sujeito oculto.
- d) um sujeito simples.
- e) um sujeito paciente.

15ª QUESTÃO

Considerando os Textos V e VI, analise as assertivas a seguir.

- I- Os textos V e VI possuem ponto de vista semelhante sobre economia em compras.
- II- Os textos V e VI são considerados multissemióticos, pois possuem texto verbal e não verbal que, juntos, produzem sentido.
- III- O texto V é considerado multissemiótico. Já o texto VI não é considerado multissemiótico.
- IV- No texto V, o conhecimento prévio do personagem pode contribuir para uma produção de sentidos ainda mais significativa.
- V- O uso do “Se” nos textos V e VI introduzem a ideia de condicionalidade.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) III, IV e V.
- b) III, e IV.
- c) I, II e V.
- d) I, II, IV e V.
- e) II, IV e V.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Considere as seguintes proposições:

P: Todo candidato é bom em raciocínio lógico;

Q: Algum candidato é matemático.

Com base em **P** e **Q**, é CORRETO afirmar que:

- a) Todo matemático é bom em raciocínio lógico.
- b) Nenhum matemático é bom em raciocínio lógico.
- c) Todos os matemáticos são candidatos.
- d) Algum candidato é bom em matemática.
- e) Algum matemático é bom em raciocínio lógico.

17ª QUESTÃO

Considere a matriz de ordem 3×3 , composta por números inteiros:

$$\begin{pmatrix} -2 & 6 & 6 \\ 7 & x & 7 \\ 5 & 8 & -3 \end{pmatrix}$$

Sabendo que a lógica de construção da matriz é mantida nas linhas e colunas, determine o valor de x que satisfaz essa lógica.

- a) -4.
- b) -2.
- c) 4.
- d) 2.
- e) 0.

18ª QUESTÃO

Considere o conjunto de nove números inteiros ordenados da seguinte forma:

$$\{a, a, b, b, b, c, d, e, f\} \text{ com } a < b < c < d < e < f.$$

Com base nesse conjunto, qual das alternativas é CORRETA?

- a) A média aritmética, a mediana e a moda são iguais.
- b) A média aritmética é menor que a moda e a mediana.
- c) A moda é menor que a mediana, que é menor que a média aritmética.
- d) A moda é igual à mediana, mas menor que a média aritmética.
- e) A média aritmética é igual à moda, e ambas são menores que a mediana.

19ª QUESTÃO

Considere a fórmula proposicional composta abaixo por:

$$[(p \rightarrow q) \wedge \sim r] \vee (s \leftrightarrow t)$$

Sobre a tabela verdade completa desta fórmula, qual das alternativas indica CORRETAMENTE 1/4 do número de linhas que ela possui?

- a) 16.
- b) 6.
- c) 8.
- d) 32.
- e) 4.

20ª QUESTÃO

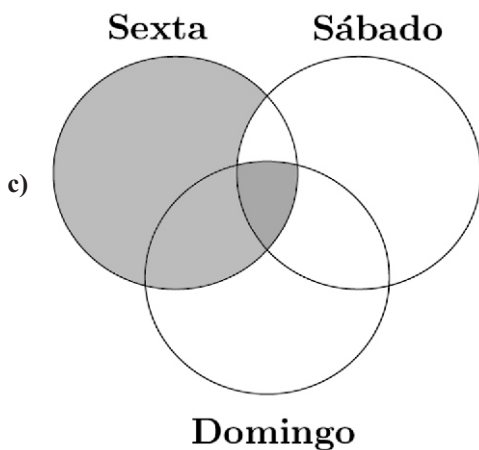
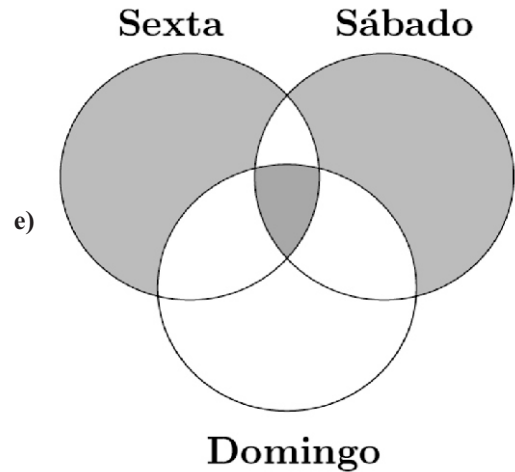
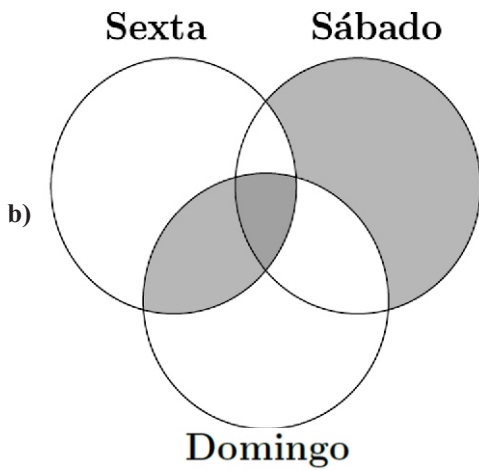
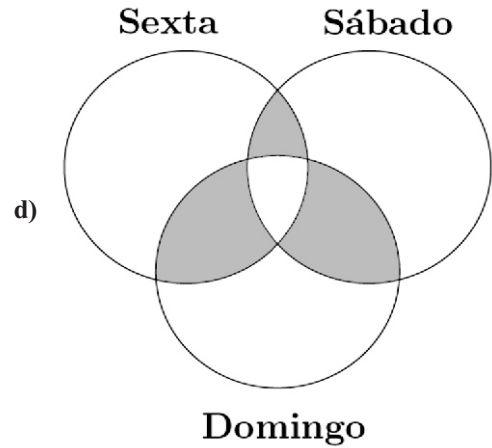
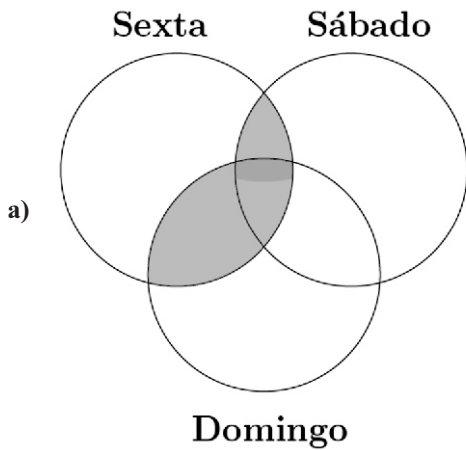
Um conjunto de candidatos participará de um concurso público cujas provas serão realizadas em três dias distintos:

- sexta-feira: prova para o ensino básico;
- sábado: prova para o ensino médio;
- domingo: prova para o ensino superior.

Três candidatos, Pedro, Paulo e Maria, farão provas em diferentes combinações de dias. Sabe-se que:

- Pedro fará prova na sexta-feira e no domingo;
- Paulo fará apenas uma prova, no mesmo dia que Pedro não fará;
- Maria fará prova em todos os dias.

Com base nessas informações, o diagrama cuja parte sombreada indica CORRETAMENTE o conjunto ao qual Pedro, Paulo e Maria pertencem é:



21ª QUESTÃO

A sequência

1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, ...

é chamada de sequência de Fibonacci. Essa sequência tem a particularidade de que cada termo, a partir do terceiro é a soma dos dois anteriores.

Com base nos primeiros sete termos da sequência, é CORRETO afirmar:

- a) A moda da sequência é indefinida, pois todos os elementos são distintos.
- b) A média aritmética do primeiro e último termo da sequência é igual a soma da mediana e seu sucessor na sequência.
- c) A mediana equivale a quatro vezes a moda.
- d) A média aritmética da moda e mediana é igual a 2.
- e) A metade da média aritmética dos termos equivale a 2,5.

22ª QUESTÃO

As **Leis de Morgan** permitem transformar negações de conjunções e disjunções. Com base nesse conhecimento e nas seguintes proposições simples:

- p : João é pontual.
- q : Maria é responsável.
- r : Anna não falta às reuniões.

Considere a proposição composta:

$$\sim [(p \wedge \sim q) \vee \sim r]$$

Qual das alternativas apresenta uma proposição logicamente equivalente à expressão acima?

- a) $(\sim p \vee q) \wedge r$
- b) $\sim p \wedge q \wedge r$
- c) $(p \rightarrow q) \wedge r$
- d) $(p \wedge q) \vee r$
- e) $\sim p \vee \sim q \vee \sim r$

23ª QUESTÃO

Modus Ponens e *Modus Tollens* são dois principais tipos de inferência lógica válida dentro da lógica proposicional. Ambos se baseiam em proposições condicionais. O *Modus Ponens* afirma o antecedente, enquanto o *Modus Tollens* nega o conseqüente. Com base nesse conhecimento, considere os seguintes argumentos:

- I- Se o candidato fizer a prova, então ele assumirá o cargo público.
O candidato fez a prova.
Logo, ele assumirá o cargo público.
- II- Se a CPCON aplicar a prova, então todos os candidatos receberão o cartão de confirmação.
Um candidato não recebeu o cartão de confirmação.
Logo, a CPCON não aplicará a prova.

Com base na lógica proposicional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ambos os argumentos são exemplos de *Modus Ponens*.
- b) O argumento I é um exemplo de *Modus Ponens*, e o argumento II é um exemplo de *Modus Tollens*.
- c) Ambos os argumentos são exemplos de *Modus Tollens*.
- d) O argumento I é inválido, e apenas o II é válido.
- e) Nenhum dos dois argumentos é logicamente válido.

24ª QUESTÃO

Considere as seguintes proposições simples:

- p : O servidor foi nomeado.
- q : O servidor tomou posse.
- r : O servidor entrou em exercício.

Com base nessas proposições, avalie a seguinte sentença composta:

$$(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r)$$

Sabendo-se que o servidor **foi nomeado e entrou em exercício**, mas **não tomou posse**, assinale a alternativa CORRETA quanto ao valor lógico da proposição composta dada.

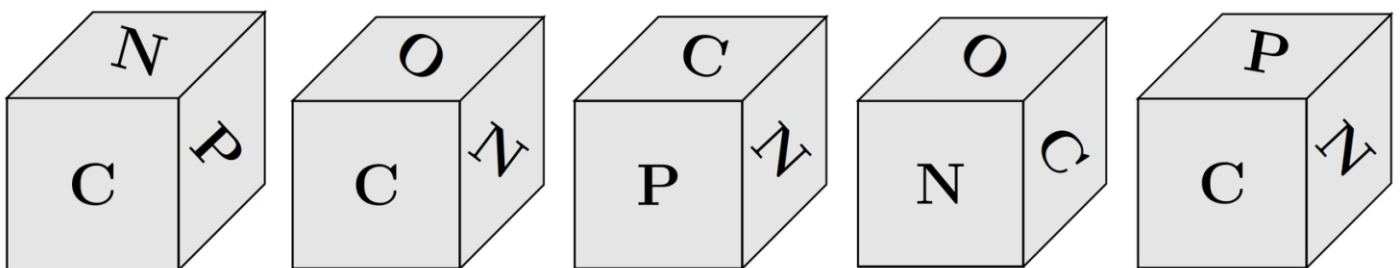
- A sentença composta é **falsa**, pois q é falso, o que invalida ambas as implicações.
- A sentença composta é **verdadeira**, pois o valor lógico de r garante a veracidade do segundo condicional.
- A sentença composta é **falsa**, pois a **primeira condicional** possui antecedente verdadeiro e conseqüente falso.
- A sentença composta é **verdadeira**, pois $p \wedge r$ é verdadeiro.
- A sentença composta é **verdadeira**, pois $(p \rightarrow q)$ é falsa, e isso não compromete a veracidade da conjunção.

25ª QUESTÃO

As faces de um dado foram rotuladas com as letras da palavra **CPCON**, da seguinte maneira:

- As letras **N** foram colocadas nas faces **superior** e **inferior**;
- As letras **C**, **P**, **C** e **O** foram distribuídas nas faces **frontal**, **direita**, **traseira** e **esquerda**, respectivamente.

Um candidato lançou esse dado **cinco vezes**, e as figuras abaixo mostram as posições visíveis em cada jogada.



Com base nas imagens e na construção do dado, qual foi a sequência CORRETA das letras que ficaram na **face traseira** do dado em cada jogada?

- CCPNP.
- CCPNC.
- CCONP.
- CCONN.
- CCONC.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

No âmbito da repartição constitucional de competências legislativas entre os entes federativos, considerando especificamente a dinâmica entre competência concorrente da União e dos Estados e a competência suplementar dos Municípios, é CORRETO afirmar que:

- a) quando inexistir lei federal sobre normas gerais em matérias de competência concorrente, conforme previsto no art. 24, § 3º, da CF/88, os Estados exercerão competência legislativa plena apenas para atender suas peculiaridades estaduais, vedando-se aos Municípios qualquer tipo de regulamentação suplementar, ainda que sobre aspectos de interesse local, em razão da ausência de normas gerais federais que sirvam de parâmetro para a suplementação municipal.
- b) a competência concorrente prevista no art. 24 da Constituição Federal é exclusiva da União e dos Estados, não se estendendo aos Municípios em nenhuma hipótese, ainda que se trate de assunto de interesse local, uma vez que o art. 30, II, da CF/88 somente autoriza a suplementação da legislação federal, excluindo expressamente a possibilidade de suplementação da legislação estadual em matérias de competência concorrente.
- c) nos termos da Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre normas gerais em matéria de competência concorrente não exclui a competência suplementar dos Estados, regra que se aplica analogicamente aos Municípios quando legislarem sobre assuntos de interesse local relacionados às matérias de competência concorrente, desde que observem tanto as normas gerais federais quanto a legislação estadual, conforme estabelece o art. 30, II, da CF/88, que determina aos Municípios "suplementar a legislação federal e a estadual no que couber".
- d) o art. 30, I, da Constituição Federal, ao estabelecer que compete aos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local", confere competência exclusiva e plena aos entes municipais sobre todas as matérias relacionadas ao âmbito local, derogando a aplicação do sistema de competências concorrentes previsto no art. 24 da CF/88, quando houver intersecção entre interesse local e matérias de competência concorrente.
- e) a superveniência de lei federal sobre normas gerais em matérias de competência concorrente, nos termos do art. 24, § 4º, da CF/88, suspende automaticamente a eficácia de toda legislação municipal que trate de assuntos correlatos, independentemente de ser suplementar ou de interesse local, em razão da supremacia da legislação federal sobre as demais no sistema federativo brasileiro.

27ª QUESTÃO

No regime constitucional da Administração Pública, considerando especificamente as regras sobre acumulação lícita de cargos públicos, teto remuneratório e vedações à percepção simultânea de proventos, é CORRETO afirmar que:

- a) o teto remuneratório estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal não se aplica aos casos de acumulação ilícita de cargos públicos, pois cada cargo possui autonomia remuneratória própria, devendo o limite máximo ser observado individualmente para cada cargo acumulado, e não sobre a soma total das remunerações percebidas pelo servidor.
- b) o art. 37, § 10, da Constituição Federal estabelece vedação absoluta à percepção simultânea de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo público, sem qualquer exceção, mesmo nos casos de cargos acumuláveis constitucionalmente, pois o dispositivo não ressalva as hipóteses de acumulação lícita previstas no inciso XVI do mesmo artigo, prevalecendo a regra geral da vedação sobre as exceções específicas.
- c) a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, aplica-se exclusivamente aos servidores da administração direta, não alcançando os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que controladas pelo poder público, em razão do regime jurídico diferenciado dessas entidades da administração indireta.
- d) nos termos do art. 37, XVI, da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nos casos expressamente autorizados desde que haja compatibilidade de horários. De acordo com a literalidade da Constituição Federal, deve ser observado o teto remuneratório previsto no inciso XI do mesmo artigo, o qual, por força do § 11 do art. 40 da Constituição, aplica-se à soma dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes de acumulação lícita de cargos ou empregos públicos. Por outro lado, o STF, ao julgar o Tema 377 em repercussão geral, fixou a tese de que o teto remuneratório deve ser aplicado individualmente sobre cada cargo, emprego ou função acumulada, desde que a acumulação seja constitucionalmente permitida.
- e) as funções de confiança, por serem exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, conforme o art. 37, V, da CF/88, podem ser acumuladas sem limitação numérica com cargos de provimento efetivo, desde que haja compatibilidade de horários, não se aplicando as restrições do inciso XVI do mesmo artigo por se tratar de função e não de cargo público.

28ª QUESTÃO

Considerando o regime constitucional das imunidades parlamentares estabelecido no art. 53 da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 35/2001, é CORRETO afirmar que:

- a) a imunidade prisional, prevista no art. 53, § 2º, da CF/88, é absoluta durante todo o mandato parlamentar, vedando qualquer prisão de Deputado ou Senador, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos serão remetidos à respectiva Casa para deliberação definitiva sobre a manutenção da prisão, não se aplicando esta proteção durante o estado de sítio.
- b) o art. 53, § 1º, da CF/88 estabelece que os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, mas esta competência se restringe exclusivamente aos crimes praticados no exercício do mandato e relacionados às funções parlamentares, não alcançando crimes comuns anteriores à diplomação ou desvinculados da atividade legislativa.
- c) nos termos do art. 53, § 3º, da Constituição Federal, recebida a denúncia contra Senador ou Deputado por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que poderá, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento da ação até a decisão final, sendo que esta sustação do processo suspende a prescrição enquanto durar o mandato, conforme estabelece o § 5º do mesmo artigo, criando um sistema de imunidade processual relativa que depende de deliberação política da Casa Legislativa respectiva e que preserva a pretensão punitiva estatal durante o período de suspensão processual.
- d) o pedido de sustação do processo, disciplinado no art. 53, § 4º, da CF/88, deverá ser apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora, sendo que a ausência de deliberação neste prazo equivale à rejeição automática do pedido, permitindo o prosseguimento normal da ação penal perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) a inviolabilidade civil e penal dos parlamentares, estabelecida no caput do art. 53 da CF/88, protege Deputados e Senadores por quaisquer opiniões, palavras e votos, mas esta proteção se estende apenas aos atos praticados no exercício do mandato e dentro do recinto das Casas Legislativas, não alcançando manifestações externas ao Parlamento, ainda que relacionadas à atividade parlamentar.

29ª QUESTÃO

Considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), especialmente no que se refere ao elemento subjetivo dos atos ímprobos e à aplicação temporal das novas disposições, é CORRETO afirmar que:

- a) nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, "considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente", exigindo-se, portanto, dolo específico para a configuração dos atos de improbidade administrativa, conforme estabelece o § 1º do mesmo artigo ao determinar que "consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais", regra que, segundo o entendimento consolidado pelo STF no julgamento do Tema 1.199, aplica-se aos atos ímprobos culposos praticados na vigência do texto anterior sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa da modalidade culposa.
- b) a Lei nº 14.230/2021 manteve a possibilidade de responsabilização por atos de improbidade administrativa na modalidade culposa para os atos que causem lesão ao erário público, conforme previsto no art. 10 da Lei nº 8.429/92, exigindo-se o dolo apenas para os atos de enriquecimento ilícito (art. 9º) e violação aos princípios administrativos (art. 11), em razão da natureza jurídica diferenciada do dano patrimonial ao erário, que dispensa a comprovação de finalidade ilícita específica.
- c) o art. 17, § 6º, inciso II, da Lei nº 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, estabelece que a petição inicial da ação de improbidade administrativa deverá ser instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e da culpa imputada, mantendo-se inalterada a possibilidade de responsabilização tanto por dolo quanto por culpa, independentemente das alterações promovidas nos arts. 9º, 10 e 11 da mesma lei.
- d) a eliminação da modalidade culposa pela Lei nº 14.230/2021 possui eficácia retroativa plena, aplicando-se a todos os atos praticados anteriormente à sua vigência, inclusive àqueles com condenação transitada em julgado, em razão da natureza de lei nova mais benéfica (*novatio legis in melius*) e do princípio da retroatividade da lei penal mais favorável, que se aplica analogicamente ao direito administrativo sancionador.
- e) o art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.429/92, incluído pela Lei nº 14.230/2021, estabelece que "o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa", dispositivo que se aplica exclusivamente aos atos de enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos, não alcançando os atos que causem lesão ao erário, para os quais se mantém a responsabilização objetiva do agente público.

30ª QUESTÃO

Considerando as inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 no regime jurídico das licitações públicas, especificamente no que se refere à modalidade diálogo competitivo e à figura do agente de contratação, é CORRETO afirmar que:

- a) a modalidade diálogo competitivo, conforme definida no art. 6º, XLII, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se a todas as contratações de obras, serviços e compras da Administração Pública, constituindo alternativa às demais modalidades licitatórias, podendo ser adotada por critério de conveniência e oportunidade do administrador público, desde que justificada a escolha no processo administrativo.
- b) o agente de contratação, previsto no art. 8º da Lei nº 14.133/2021, pode ser designado entre quaisquer servidores ou empregados públicos da Administração, independentemente de integrar os quadros permanentes, desde que devidamente capacitado, sendo suas atribuições limitadas ao acompanhamento do procedimento licitatório, vedada a tomada de decisões que possam influenciar o resultado do certame, as quais permanecem sob responsabilidade exclusiva da autoridade competente.
- c) nos termos do art. 32 da Lei nº 14.133/2021, a modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva a inovação tecnológica ou técnica, a impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado e a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração ou verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os aspectos de a solução técnica mais adequada, os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida e a estrutura jurídica ou financeira do contrato.
- d) o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a autoridade competente para designar o agente de contratação deve observar o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, regra que se aplica apenas aos órgãos da Administração direta, não alcançando os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, que possuem regime jurídico específico.
- e) na modalidade diálogo competitivo, após a fase de diálogos com os licitantes previamente selecionados, a apresentação das propostas finais segue necessariamente o critério de julgamento de menor preço, vedada a aplicação dos demais critérios previstos no art. 33 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza específica desta modalidade e da necessidade de garantir a economicidade das contratações públicas.

31ª QUESTÃO

Considerando o regime jurídico das concessões de serviços públicos estabelecido pela Lei nº 8.987/95, especificamente no que se refere aos institutos da transferência da concessão e da subconcessão, bem como a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é CORRETO afirmar que:

- a) nos termos do art. 27 da Lei nº 8.987/95, a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na caducidade da concessão, sendo que, para fins de obtenção da anuência, o pretendente deverá atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço, bem como se comprometer a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
- b) a subconcessão, disciplinada no art. 26 da Lei nº 8.987/95, pode ser outorgada pela concessionária, desde que autorizada expressamente pelo poder concedente e prevista no contrato de concessão original, podendo ser precedida, em alguns casos, de licitação na modalidade concorrência.
- c) o art. 27 da Lei nº 8.987/95 permite a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária mediante simples comunicação ao poder concedente, dispensada a anuência prévia quando se tratar de operações societárias entre empresas do mesmo grupo econômico, desde que mantida a capacidade técnica e financeira para a prestação do serviço adequado, não se aplicando nesta hipótese os requisitos do parágrafo único do referido artigo.
- d) a transferência da concessão, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.987/95, e a subconcessão, prevista no art. 26, produzem os mesmos efeitos jurídicos, diferindo apenas quanto ao procedimento, uma vez que ambas envolvem a substituição do prestador original do serviço público por terceiro, razão pela qual devem observar idênticos requisitos legais, incluindo a obrigatória realização de licitação pública na modalidade concorrência.
- e) o STF, no julgamento da ADI 2.946/DF, declarou a inconstitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987/95 por violação ao art. 175 da Constituição Federal, determinando que toda transferência de concessão seja precedida de nova licitação pública, estabelecendo prazo de dois anos para que o poder público promova a relicitação de todas as concessões cujas transferências tenham sido efetivadas com fundamento no dispositivo declarado inconstitucional.

32ª QUESTÃO

Considerando o regime jurídico específico do cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, disciplinado pelos arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil, especialmente no que se refere às peculiaridades da impugnação à execução e aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) o art. 535, § 2º, do CPC estabelece que, quando a executada alegar excesso de execução pleiteando quantia superior à resultante do título, cumprirá ao exequente comprovar de imediato a correção dos cálculos apresentados, mediante juntada de documentos que demonstrem a aplicação correta dos índices de correção monetária e juros, sob pena de não conhecimento da arguição de excesso de execução por parte da Fazenda Pública.
- b) considera-se inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso, sendo que, conforme estabelece o § 7º do mesmo artigo, a decisão do STF deve ter sido proferida antes do trânsito em julgado da decisão exequenda para que possa fundamentar a alegação de inexigibilidade na impugnação.
- c) a impugnação à execução apresentada pela Fazenda Pública, nos termos do art. 535 do CPC, possui prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação, aplicando-se subsidiariamente as regras dos embargos à execução previstas nos arts. 914 e seguintes do mesmo Código, sendo vedada a alegação de matérias não previstas taxativamente nos incisos I a VI do caput do referido artigo, em razão do caráter restrito das defesas da Fazenda Pública.
- d) o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito exigido pelo art. 534 do CPC dispensa a apresentação dos elementos previstos nos incisos I a VI, quando se tratar de título executivo judicial transitado em julgado há mais de 5 (cinco) anos, aplicando-se nesta hipótese o procedimento simplificado de cumprimento de sentença, com a expedição direta de precatório ou requisição de pequeno valor, independentemente de prévia intimação da Fazenda Pública.
- e) conforme o art. 535, § 6º, do CPC, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheça a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, fundamento do título executivo, poderão ser modulados no tempo de modo a favorecer a segurança jurídica, sendo esta modulação temporal realizada obrigatoriamente pelo próprio juízo da execução, que deverá avaliar as consequências práticas da declaração de inexigibilidade nos autos do cumprimento de sentença.

33ª QUESTÃO

Considerando o instituto da remessa necessária disciplinado no art. 496 do Código de Processo Civil, especialmente no que se refere aos valores de alçada e às exceções legais de sua aplicação, é CORRETO afirmar que:

- a) nos termos do art. 496 do CPC, está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, bem como a que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal, não se aplicando, contudo, o instituto quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados, e 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público, conforme estabelecem o § 3º e seus incisos.
- b) o duplo grau de jurisdição não se aplica quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior, acórdão proferido pelo STF ou STJ em julgamento de recursos repetitivos, ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, mas não abrange as hipóteses de orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, que devem ser analisadas caso a caso pelo tribunal para verificação da compatibilidade com a jurisprudência dominante.
- c) o procedimento da remessa necessária exige que, não interposta apelação no prazo legal, a parte interessada requeira ao juiz a remessa dos autos ao tribunal no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão do direito ao duplo grau obrigatório, sendo vedada a avocação pelo presidente do tribunal quando houver inércia do juízo de primeiro grau.
- d) os valores de alçada previstos no § 3º do art. 496 aplicam-se exclusivamente ao valor da condenação principal, não se computando para fins de incidência da remessa necessária os valores decorrentes de juros, correção monetária, honorários advocatícios e custas processuais, ainda que estes, somados ao principal, ultrapassem os limites legalmente estabelecidos.
- e) a remessa necessária incide sobre todas as sentenças de procedência parcial proferidas contra entes públicos, independentemente do valor envolvido, quando se tratar de ações que versem sobre direitos indisponíveis, aplicando-se nesta hipótese as exceções do § 4º do art. 496 apenas às sentenças fundamentadas em precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

34ª QUESTÃO

Considerando o regime jurídico do mandado de segurança estabelecido pela Lei nº 12.016/2009, especialmente no que se refere às medidas liminares, ao duplo grau obrigatório e ao instituto da suspensão de segurança, é CORRETO afirmar que:

- a) a suspensão de segurança disciplinada no art. 15 pode ser requerida apenas pelo Ministério Público, não se estendendo às pessoas jurídicas de direito público interessadas quando se tratar de mandado de segurança que verse sobre matéria tributária ou previdenciária, aplicando-se nestes casos o procedimento específico de suspensão de liminar previsto nas Leis nº 8.437/92 e 9.494/97.
- b) a medida liminar em mandado de segurança pode ser concedida independentemente de audiência da parte contrária, aplicando-se as vedações do art. 7º, § 2º apenas quando se tratar de mandado de segurança individual, sendo que no mandado de segurança coletivo a liminar poderá ser concedida para qualquer objeto, desde que observado o prazo de 72 (setenta e duas) horas para manifestação do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, conforme estabelece o art. 22, § 2º.
- c) o duplo grau obrigatório previsto no art. 14, § 1º, aplica-se tanto às sentenças concessivas quanto às denegatórias de mandado de segurança, sendo que a sentença que conceder o mandado pode ser executada provisoriamente em todos os casos, independentemente das vedações à concessão de liminar, uma vez que o duplo grau obrigatório assegura a revisão da decisão pelo tribunal competente.
- d) nos termos da Lei nº 12.016/2009, não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza, vedações que se estendem à tutela antecipada.
- e) as vedações do art. 7º, § 2º, para concessão de medida liminar aplicam-se exclusivamente ao mandado de segurança individual, sendo inaplicáveis ao mandado de segurança coletivo quando impetrado por organização sindical em defesa de direitos coletivos de seus filiados, hipótese em que o juiz poderá conceder liminar para reclassificação de servidores ou concessão de vantagens, desde que fundamentada em direito líquido e certo da categoria profissional.

35ª QUESTÃO

Considerando a disciplina dos bens públicos estabelecida no Código Civil, especificamente nos arts. 98 a 103, no que se refere à classificação, ao regime de alienabilidade e às peculiaridades do uso comum, é CORRETO afirmar que:

- a) a classificação dos bens públicos em de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, prevista no Código Civil é taxativa, não podendo a legislação específica criar outras categorias de bens públicos com regimes jurídicos diferenciados, sendo que todos os bens públicos, independentemente de sua classificação, estão sujeitos ao mesmo regime de inalienabilidade absoluta, vedada qualquer forma de alienação mesmo quando desafetados.
- b) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, ao passo que os bens públicos dominicais podem ser alienados observadas as exigências da lei, aplicando-se a todos os bens públicos a regra que veda a aquisição por usucapião.
- c) os bens públicos dominicais podem ser livremente alienados pela Administração Pública independentemente de autorização legislativa ou procedimento licitatório, uma vez que constituem patrimônio disponível das pessoas jurídicas de direito público, não se aplicando a estes bens as restrições impostas aos bens de uso comum do povo e de uso especial quanto à inalienabilidade.
- d) o uso comum dos bens públicos é sempre gratuito quando se tratar de bens de uso comum do povo, sendo vedada qualquer cobrança de retribuição pelo Poder Público, aplicando-se a possibilidade de cobrança apenas aos bens de uso especial quando utilizados por particulares mediante concessão ou permissão de uso.
- e) o Código Civil estabelece que os bens públicos não estão sujeitos ao usucapião, regra que se aplica apenas aos bens de uso comum do povo e de uso especial, sendo possível ao usucapião de bens dominicais quando estes se encontrarem em situação de abandono pelo Poder Público por período superior a 15 (quinze) anos, nos termos da legislação específica sobre usucapião especial urbana.

36ª QUESTÃO

Considerando a disciplina dos defeitos do negócio jurídico estabelecida no Código Civil, especificamente no que se refere aos institutos da lesão, estado de perigo e fraude contra credores, bem como suas respectivas consequências e procedimentos de anulação, é CORRETO afirmar que:

- a) a presunção de fraude estabelecida no art. 163 do Código Civil para as garantias de dívidas concedidas pelo devedor insolvente a algum credor é absoluta e ilidível, não admitindo prova em contrário mesmo quando demonstrado que a garantia foi constituída antes da situação de insolvência ou que decorreu de obrigação legal, prevalecendo sempre o interesse do concurso de credores sobre direitos individuais preexistentes.
- b) a lesão prevista no art. 157 do Código Civil exige necessariamente o dolo da parte favorecida, que deve ter conhecimento da situação de premente necessidade ou inexperiência da outra parte para que o negócio seja anulável, sendo insuficiente a mera desproporção das prestações quando ausente o elemento subjetivo doloso, aplicando-se subsidiariamente as regras do dolo accidental previstas no art. 146 quando a desproporção for de menor monta.
- c) o estado de perigo disciplinado no art. 156 do Código Civil aplica-se exclusivamente aos casos em que o grave dano seja de natureza patrimonial, não abrangendo situações de risco à integridade física ou à moral das pessoas, sendo que a obrigação excessivamente onerosa deve ser avaliada objetivamente sem consideração às circunstâncias pessoais do declarante, diferentemente da coação que admite análise subjetiva conforme o art. 152.
- d) na fraude contra credores, conforme os arts. 158 e 159 do Código Civil, a ação pauliana pode ser intentada por qualquer credor, independentemente da época em que adquiriu tal qualidade, desde que comprove a existência de prejuízo atual aos seus direitos creditórios, sendo dispensável a demonstração da insolvência do devedor quando se tratar de negócios gratuitos realizados nos dois anos anteriores ao ajuizamento da ação.
- e) ocorre lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, apreciando-se a desproporção segundo os valores vigentes ao tempo da celebração do negócio, sendo que não se decretará a anulação se for oferecido suplemento suficiente ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito, ao passo que o estado de perigo configura-se quando alguém, premido da necessidade de salvar-se ou a pessoa de sua família de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, diferindo da fraude contra credores que torna anuláveis os negócios de transmissão gratuita de bens praticados pelo devedor já insolvente ou por eles reduzido à insolvência, bem como os contratos onerosos quando a insolvência for notória ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

37ª QUESTÃO

A luz da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 156-A da CF/88), analise as características deste novo tributo e assinale a alternativa que apresenta afirmação juridicamente CORRETA acerca de seu regime jurídico.

- a) O imposto incidirá sobre as exportações de bens e serviços, sendo assegurado ao exportador apenas o aproveitamento parcial dos créditos relativos às operações antecedentes, limitado a 50% do valor dos créditos acumulados para evitar distorções concorrenciais.
- b) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, sendo obrigatório que tal alíquota seja diferenciada conforme a natureza da operação, devendo ser mais elevada para bens essenciais e reduzida para produtos supérfluos, observando o princípio da seletividade.
- c) O imposto será cobrado pela alíquota do Estado ou Município de origem da operação, sendo vedada a aplicação do somatório das alíquotas dos entes federativos, a fim de evitar a bitributação e preservar o princípio da não cumulatividade.
- d) As isenções e imunidades do imposto implicarão automaticamente na concessão de crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes, bem como na manutenção dos créditos relativos às operações anteriores, como forma de preservar a neutralidade tributária.
- e) O imposto sobre bens e serviços será não cumulativo, permitindo a compensação integral do imposto devido com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais o contribuinte seja adquirente, exceto exclusivamente as operações consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses constitucionalmente previstas.

38ª QUESTÃO

Considerando as limitações constitucionais do poder de tributar e dos princípios fundamentais do Sistema Tributário Nacional, analise as seguintes situações jurídicas e assinale a alternativa que apresenta interpretação constitucional CORRETA quanto aos limites e vedações impostos aos entes federativos.

- a) A lei complementar referida no art. 146, III, "a", da CF/88 possui competência exclusiva para definir os fatos geradores de todos os tributos constitucionalmente discriminados, vedando-se às leis ordinárias dos entes federativos qualquer especificação adicional ou detalhamento dos elementos estruturais dos tributos.
- b) A imunidade tributária recíproca estabelecida no art. 150, VI, "a", da CF/88 alcança integralmente as empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da natureza de suas atividades, desde que estejam vinculadas à administração pública indireta, como decorrência lógica da extensão prevista no § 2º do mesmo dispositivo.
- c) O princípio da anterioridade tributária, consagrado no art. 150, III, "b", da CF/88, impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei instituidora, aplicando-se indistintamente a todos os tributos do sistema tributário nacional, sem qualquer exceção constitucional.
- d) A vedação ao estabelecimento de diferenças tributárias entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino, prevista no art. 152 da CF/88, constitui limitação absoluta aplicável a todos os entes federativos, não admitindo qualquer exceção, nem mesmo para fins de desenvolvimento regional ou correção de desigualdades.
- e) A vedação constitucional de utilizar tributo com efeito de confisco, prevista no art. 150, IV, da CF/88, constitui limitação objetiva ao poder de tributar que deve ser aferida casuisticamente pelo Poder Judiciário, considerando a totalidade da carga tributária incidente sobre o contribuinte e sua capacidade econômica, não se restringindo à análise isolada de cada espécie tributária.

39ª QUESTÃO

Considerando os princípios fundamentais do Direito do Trabalho e sua aplicação na interpretação e solução de conflitos nas relações de emprego, especialmente no que se refere aos princípios da proteção, da primazia da realidade e da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas, é CORRETO afirmar que:

- a) o princípio da primazia da realidade autoriza o juízo trabalhista a desconsiderar integralmente os contratos escritos e documentos formais existentes entre as partes, devendo a decisão ser baseada exclusivamente nos depoimentos testemunhais e na confissão das partes, sendo vedada a utilização de documentos que não reflitam a realidade fática da prestação de serviços, ainda que tenham sido produzidos durante a vigência do contrato de trabalho.
- b) o princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas aplica-se apenas aos direitos expressamente previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, não se estendendo aos direitos decorrentes de convenções e acordos coletivos de trabalho, que podem ser objeto de renúncia pelo empregado quando houver contrapartida equivalente, desde que a transação seja homologada pelo sindicato da categoria profissional e não implique violação aos direitos fundamentais mínimos.
- c) o subprincípio da norma mais favorável, integrante do princípio da proteção, determina que sempre deva ser aplicada a norma hierarquicamente superior em caso de conflito normativo, independentemente de seu conteúdo, prevalecendo a Constituição Federal sobre as leis ordinárias, estas sobre as normas coletivas e estas sobre os contratos individuais, vedada qualquer inversão desta ordem hierárquica mesmo quando a norma inferior seja mais benéfica ao trabalhador.
- d) o princípio da proteção, considerado o princípio fundamental do Direito do Trabalho, visa equilibrar a desigualdade inerente à relação empregatícia e desdobra-se em três subprincípios: *in dubio pro operario* (em caso de dúvida na interpretação da lei, a decisão deve favorecer o trabalhador), norma mais favorável (em caso de conflito entre normas, aplica-se aquela que for mais favorável ao trabalhador) e condição mais benéfica (a condição mais favorável ao empregado deve ser preservada), sendo que estes subprincípios devem ser aplicados conjuntamente com o princípio da primazia da realidade, segundo o qual o contrato de trabalho é definido pela realidade dos fatos e não pelo que foi formalmente estabelecido entre as partes, e com o princípio da irrenunciabilidade dos direitos, que estabelece a indisponibilidade dos direitos trabalhistas, vedando ao empregado renunciar a eles mesmo de forma voluntária.
- e) o princípio da inalterabilidade contratual lesiva, também denominado princípio da intangibilidade das condições de trabalho, veda qualquer modificação nas condições contratuais estabelecidas no momento da admissão do empregado, sendo nulas de pleno direito todas as alterações posteriores, mesmo aquelas que sejam benéficas ao trabalhador ou que decorram de promoção funcional ou melhoria das condições de trabalho por liberalidade do empregador.

40ª QUESTÃO

Considerando o sistema recursal trabalhista disciplinado na Consolidação das Leis do Trabalho, especificamente no que se refere ao recurso de revista, ao instituto da transcendência e ao regime de depósito recursal, conforme estabelecido nos arts. 896, 896-A e 899 da CLT, é CORRETO afirmar que:

- a) o recurso de revista, dotado de efeito suspensivo e devolutivo, deve ser interposto diretamente ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias, sendo que o juízo de admissibilidade exercido pelos Tribunais Regionais limita-se à análise dos pressupostos extrínsecos, não podendo examinar os pressupostos intrínsecos nem o critério da transcendência, que são de competência exclusiva do TST conforme estabelece o art. 896-A, § 6º.
- b) nos termos do art. 896 da CLT, cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelos Tribunais Regionais do Trabalho quando derem interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei federal ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do STF, sendo que, conforme o § 1º-A, constitui ônus da parte indicar o trecho da decisão que consubstancia o pré-questionamento, expor as razões do pedido de reforma impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida e demonstrar analiticamente a contrariedade apontada, ao passo que o art. 896-A estabelece que o TST examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, sendo indicadores de transcendência o elevado valor da causa, o desrespeito à jurisprudência sumulada, a postulação de direito social constitucionalmente assegurado e a existência de questão nova, conforme o § 1º.
- c) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso de revista somente será admitido por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do STF e por violação direta da Constituição Federal, conforme o art. 896, § 9º, sendo dispensado nestes casos o exame da transcendência previsto no art. 896-A, bem como o recolhimento de depósito recursal quando se tratar de recurso que se insurge contra decisão que contraria jurisprudência uniforme sumulada.
- d) o depósito recursal, disciplinado no art. 899 da CLT, será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança, sendo limitado a 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região independentemente do valor da condenação, com redução pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, havendo isenção total para beneficiários da justiça gratuita, entidades filantrópicas e empresas em recuperação judicial.
- e) a divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual e específica, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do TST ou do STF, sendo que quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente produzir prova da divergência mediante certidão ou cópia do repositório oficial, porém tal ônus é dispensado quando se tratar de violação literal de disposição de lei federal, hipótese em que basta a indicação do dispositivo violado independentemente de demonstração analítica da contrariedade.